

Como reconhece o autor, falta-nos a perspectiva directa dos quadros migrantes (p. 230), uma vez que o estudo se baseia essencialmente nos dados obtidos junto das empresas, em entrevistas realizadas entre Março e Julho de 1996 (p. 231). Com uma informação nem sempre bem arrumada, por vezes repetitiva, trata-se, no entanto, de um contributo importante e inovador para o conhecimento de um tema de tratamento difícil, relevante e de grande actualidade.

JOAQUIM DA COSTA LEITE

Yannick Ripa, Les femmes, actrices de l'histoire. France, 1789-1945, Paris, Sedes, 1999, 191 páginas.

Obra de síntese, este livro da autoria de uma especialista do século XIX, vem colmatar uma lacuna: depois de mais de um quarto de século de história das mulheres em França, continuam a faltar manuais para os estudantes.

Numa introdução intitulada «Da história das mulheres à história do género», Yannick Ripa explica como, inicialmente, a história das mulheres

se centrou no objecto «mulheres» e depois evoluiu para a história das relações entre os dois sexos, ou seja, a história do género.

O livro está dividido em dez capítulos, de maneira cronológica. No final de cada capítulo há um quadro de síntese com as ideias principais e algumas indicações bibliográficas comentadas numa rubrica intitulada «Para saber mais».

Faz todo o sentido começar pela revolução francesa, que foi, segundo a autora, «uma esperança desiludida» para as mulheres. De facto, apesar da participação das mulheres na cena revolucionária, nomeadamente com a famosa marcha sobre Versalhes, a distinção entre cidadão passivo e cidadão activo «mostra às mulheres que elas não pertencem ao universal». Esta exclusão das mulheres da cidadania suscitou a reacção de uma feminista, Olympe de Gouges, que escreve, em 1791, uma declaração dos direitos da mulher e da cidadã, numa resposta provocadora à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. No artigo I da sua declaração, Olympe de Gouges escreve: «A mulher nasce livre e igual ao homem em direitos.» Esta declaração, que não teve grande impacto na altura, ficará para a história das mulheres como o primeiro grande texto feminista.

O século XIX vê o reforço da diferença entre os sexos. A separação entre a esfera privada, reservada às mulheres, e a esfera pública, para os homens, acentua-se. O código civil de 1804 legaliza a hierarquia entre os

cas», in *Visão* de 29 de Abril de 1999, pp. 98-104; Bárbara Araújo e Helena Cristina Coelho, «Jovens e globais», in *Visão* de 13 de Janeiro de 2000, pp. 76-83).

sexos, fazendo das mulheres menores dependentes dos maridos. Surgem os movimentos feministas influenciados pelo saint-simonismo e pelo fourierismo, fazendo ouvir as suas reivindicações na sua imprensa, que se desenvolve. Envia petições aos deputados, que as ignoram. As mulheres de 1848 lutam pelos seus direitos, mas continuam a ser excluídas da esfera pública.

A industrialização torna as mulheres visíveis no mundo do trabalho apesar de elas terem sempre trabalhado. Mas as operárias são consideradas concorrentes pelos trabalhadores masculinos. Os moralistas julgam que o trabalho das mulheres é contra a sua natureza e fazem a apologia do trabalho ao domicílio. O direito ao trabalho das mulheres torna-se, assim, o cavalo de batalha das feministas.

Na véspera da Grande Guerra, o movimento feminista atinge o seu apogeu, mas as prioridades desta apagam as reivindicações feministas. As mulheres substituem os homens que estão na frente, mostram as suas capacidades e esperam o agradecimento depois do fim do conflito, mas são «enviadas» para os seus lares.

O período entre as duas guerras é caracterizado pelo «regresso à normalidade» e pela glorificação do papel das mulheres em casa. A crise económica de 1929 e o crescimento dos fascismos anunciam o declínio dos feminismos.

Vichy reforça a ideia de que as mulheres são responsáveis pela derrota da França. Encarnam a decadência e é preciso educá-las de maneira

a cumprirem os seus deveres de mães de família. É adoptada uma política natalista e o aborto é considerado um crime contra o Estado.

O papel das mulheres na resistência e a ideia de que o seu voto será conservador fazem com que o general de Gaulle lhes conceda o direito de voto em 1944. Mas a obtenção do direito de voto não modificou o acesso ao poder político. Em 1946, a Assembleia Nacional conta apenas com 6% de deputadas. Esta percentagem não aumentou muito e cinquenta anos mais tarde, em 1997, atinge 10,9%. Concluindo com «o direito de voto e depois[...]», Yannick Ripa interroga-se sobre a estagnação da presença das mulheres nas instâncias do poder político e coloca a questão: como é que uma assembleia maioritariamente masculina pode representar os dois sexos?

De leitura muito agradável, este livro não é só destinado aos estudantes, mas a todo(a)s que acreditam que as mulheres foram também actrizes da história.

ANNE COVA

*Jorge Vala (org.), **Novos Racismos: Perspectivas Comparativas**, Oeiras, Celta, 1999, 179 páginas.*

Esta obra integra algumas das comunicações apresentadas ao seminário «Expressões dos racismos: pers-